

CIDADES PEQUENAS, REDE URBANA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA REGIÃO DOS VALES - RS

Rogério Leandro Lima da Silveira

Geógrafo - PUC-RS, Mestre e Doutor em Geografia Humana - UFSC

Professor do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

E-mail: rlls@unisc.br

Carolina Rezende Faccin

Arquiteta e Urbanista -UFPel

Doutoranda e Mestra em Planejamento Urbano e Regional – UFRGS. Bolsista CAPES

E-mail: faccincarolina@gmail.com

Luana Pavan Detoni

Arquiteta e Urbanista e Mestra em Arquitetura e Urbanismo - UFPel

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS. Bolsista CAPES

E-mail: luanadetoni@gmail.com

Camila Melo Menezes

Licenciada em Geografia - UNISC, mestrandona em Desenvolvimento Regional - PPGDR-UNISC

Docente da escola Educar-se. Bolsista CNPq

E-mail: cmenezes@unisc.br

Iasmim Seibert Haas

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na UNISC

Bolsista PROBIC-FAPERGS

E-mail: seiberthaasiasmim@gmail.com

RESUMO

Aborda-se a temática da urbanização das cidades pequenas, em suas dinâmicas econômicas e interações espaciais, e em sua relação com o desenvolvimento regional. A urbanização brasileira revela desiguais processos de concentração da população, bens e serviços, e de desenvolvimento econômico e socioespacial nas suas cidades. O objetivo é analisar as dinâmicas de urbanização e as relações espaciais apresentadas pelas cidades pequenas em sua interação com e no território, e com o desenvolvimento regional, verificando suas particularidades, semelhanças e diferenças. Objetivava-se ainda construir uma tipologia inicial de cidades pequenas quanto ao seu processo de urbanização, de centralidade regional e de interações espaciais na rede urbana regional. O recorte espacial são as cidades pequenas localizadas na região dos Vales, na área centro oriental do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, utilizou-se dados secundários do IBGE e do DEE-RS. Os tipos urbanos identificados guardam relação com sua participação na divisão territorial do trabalho regional.

90

PALAVRAS-CHAVE: Cidades pequenas; Urbanização; Rede Urbana; Desenvolvimento Regional.

SMALL CITIES, URBAN NETWORK AND REGIONAL DEVELOPMENT IN THE VALES REGION-RS

ABSTRACT

We approach the theme of urbanization of small towns, in its economic dynamics and spatial interactions, and in its relationship with regional development. Brazilian urbanization reveals unequal processes of population concentration, goods and services, and economic and socio-spatial development in its cities. The objective is to analyze the dynamics of urbanization and the spatial relationships presented by small cities in their interaction with and in the territory, and with regional

development, verifying their particularities, similarities and differences. We aim to build an initial typology of small towns in terms of their urbanization process, regional centrality and spatial interactions in the regional urban network. The spatial focus is the small towns located in the Vales region, in the central eastern area of Rio Grande do Sul. Methodologically, secondary data from IBGE and DEE-RS were used. The urban types identified are related to their participation in the territorial division of regional labor.

KEYWORDS: Small towns; Urbanization; Urban Network; Regional development.

INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira revela desiguais processos de concentração da população, bens e serviços, e de desenvolvimento econômico e socioespacial nas suas cidades. Tais processos, aliado aos diferentes contextos regionais têm levado à existência e à estruturação de cidades com diferentes tamanhos, funções e níveis de centralidade nas regiões onde se localizam e na rede urbana onde estão inseridas.

Embora a maioria dos estudos urbanos e regionais analisam diferentes aspectos desse processo, notadamente em contextos metropolitanos, observamos um crescente interesse de pesquisadores em analisar as dinâmicas de urbanização e seus desafios nas cidades médias (especialmente através da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe) e, mais recentemente das cidades pequenas (através da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Pequenas – Mikripoli).

Neste artigo buscamos contribuir com estudos sobre a temática das cidades pequenas, uma vez que estas integram predominantemente a rede urbana nacional e exercem papel fundamental na estruturação do território brasileiro. Nossa abordagem foca as cidades pequenas de uma dada região no Rio Grande do Sul, e tem como objetivo analisar as dinâmicas de urbanização e as relações espaciais apresentadas por essas cidades em sua interação com e no território, e com o desenvolvimento regional. Buscamos verificar as particularidades, semelhanças e diferenças existentes entre essas cidades e o modo como participam dessas dinâmicas e relações espaciais. Através dessa análise buscamos também construir uma tipologia inicial de cidades pequenas, agrupando-as e classificando-as quanto ao seu processo de urbanização, de centralidade regional e de interações espaciais na rede urbana regional. Variáveis essas que permitem compreender o papel, a participação, e a importância dessas cidades pequenas nos processos de desenvolvimento regional.

A construção e a proposição de uma tipologia de cidades pequenas pretendem melhor evidenciar as características comuns, mas também as diferenças existentes entre essas cidades

pequenas, no contexto do território regional, e assim romper com os limites impostos pela generalização do que sejam essas cidades, quando definidas apenas pelo seu porte demográfico.

Metodologicamente, consideramos importante para a análise das cidades pequenas valorizar a trilogia geral-particular-singular para a compreensão dos processos e dinâmicas existentes na realidade socioespacial em que vivemos e sobre a qual investigamos. Entendemos, como Sposito (2014), que o processo de urbanização como expressão da totalidade, que pode ser mais bem apreendida em diferentes escalas e em suas interrelações. Na análise das cidades pequenas priorizamos a escala “das redes urbanas regionais vistas como condição e expressão das múltiplas formações socioespaciais, nos termos propostos por Milton Santos (1982), as quais compõem nossa formação socioeconômica”, em sua relação com as escalas da urbanização brasileira e da rede urbana nacional e da urbanização mundial, no contexto contemporâneo da globalização econômica.

O estudo sobre as cidades pequenas requer a compreensão da dinâmica territorial e econômica da região e da configuração espacial e funcionamento da rede urbana onde estas cidades, respectivamente, se localizam e se inserem. Para tal, selecionamos como recorte espacial do nosso estudo, a região dos Vales no estado do Rio Grande do Sul, composta pelas sub-regiões: Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari. A regionalização dessas sub-regiões segue a delimitação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), e apresenta a seguinte constituição espacial: o Vale do Rio Pardo que abrange 23 municípios, sendo Santa Cruz do Sul sua cidade polo; e o Vale do Taquari, polarizado pela cidade de Lajeado, e compreendido por 36 municípios. Juntas, ambas as regiões formam o território da Região Funcional de Planejamento 2.

A expectativa é a de que os resultados desse estudo possam ser testados e criticados, e com os devidos ajustes e atualizações, servirem de base para, em pesquisa futura, avançarmos na análise da urbanização e na construção de uma tipologia de cidades pequenas no estado do Rio Grande do Sul. Busca-se igualmente contribuir com o aperfeiçoamento das políticas públicas estaduais e regionais de planejamento e de desenvolvimento regional.

O presente artigo está estruturado em três seções. Na primeira, abordamos de modo sintético os referenciais teóricos e conceituais que embasam nossa reflexão sobre as cidades pequenas, a rede urbana e o desenvolvimento regional. Na segunda seção, apresentamos a caracterização da região dos Vales, da rede urbana regional e das cidades pequenas nela localizadas, com base nas variáveis selecionadas. Por fim, na terceira seção, propomos uma tipologia inicial das cidades pequenas da região dos Vales, a partir do cotejamento com as contribuições teóricas e classificações tipológicas já existentes, e com as características e particularidades do território regional.

CIDADES PEQUENAS, REDE URBANA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Inicialmente cabe assinalar o que estamos entendendo ou definindo por cidade pequena, uma vez que não há um consenso sobre esta conceituação na literatura dedicada à temática.

A expressão “cidades pequenas”, embora não faça referência apenas ao porte das cidades, geralmente apresenta a análise demográfica como ponto de partida para definição de seu escopo (ENDLICH, 2017). Destacamos que não há um consenso sobre o parâmetro demográfico a ser utilizado como referência, este é estabelecido de acordo com a região e com o conjunto de cidades que compõem as redes urbanas em questão. Contudo, o recorte das localidades (municípios) com população total (urbana e rural) inferior a 50.000 habitantes tem sido o mais usual dentre os pesquisadores brasileiros (MIKRIPOLI, 2021).

A análise da urbanização brasileira, com base nos dados do IBGE, de 2021, nos permite verificar que dos 5.570 municípios existentes, 4.882 (88%) possuem até 50 mil habitantes, ou seja, de cada 10 municípios em 9 tem a presença de cidades pequenas. Esse é o tamanho demográfico que estamos usando como referência neste artigo para identificar e analisar as cidades pequenas em estudo.

Na literatura sobre o tema, este é também o patamar estabelecido para a reflexão e análise das cidades pequenas, como assinalado por exemplo em Jacobi (1994), Corrêa (1999), Fresca (2010), Endlich (2017) e Sposito e Jurado da Silva (2013). De acordo com Jacobi (1994):

93

A dinâmica da urbanização latino-americana possibilita a definição de três formas de agrupamento, a saber: 1) cidades grandes que abrigam entre 500 mil e 1 milhão de habitantes e aquelas com mais de 1 milhão; 2) cidades intermediárias que incluem dois níveis – entre 50 mil e 100 mil habitantes e entre 100 mil e 500 mil habitantes – e 3) cidades pequenas que incluem três níveis – entre 10 mil e 20 habitantes; menos de 10 mil habitantes e entre 20 mil e 50 mil habitantes (JACOBI, 1994, p. 74, tradução nossa).¹

Sabemos, contudo, que nesse conjunto de cidades, com até 50 mil habitantes, existe ampla diversidade quanto ao tamanho demográfico, à situação geográfica, à estrutura econômica, às características ambientais, sociais e culturais, e à sua centralidade e participação na rede urbana. Portanto, são espaços urbanos diversos e distintos com dinâmicas de urbanização próprias, particulares e que devem ser estudados para que possam ser compreendidos na sua multiplicidade de condições, atributos e relações no território regional.

1 La dinámica de la urbanización latinoamericana posibilita la definición de tres formas de agrupación, a saber: 1) ciudades grandes que abrigan entre 500.000 y un millón de habitantes y aquellas con más de un millón; 2) ciudades intermedias que incluyen dos rangos – entre 50 mil y 100 mil habitantes y entre 100 mil y 500 mil habitantes – y 3) ciudades pequeñas que incluyen tres rangos – entre 10 mil y 20 mil habitantes; menos de 10.000 habitantes y entre 20 mil y 50 mil habitantes (JACOBI, 1994, p. 74).

Segundo Corrêa (2011), as cidades pequenas brasileiras, até meados da década de 1950, não apresentavam uma evidente diferenciação funcional, no entanto, a partir desse período ocorreram transformações econômicas e socioespaciais, de modo desigual, nos contextos regionais que provocaram uma grande diferenciação entre os tipos urbanos, sendo a industrialização do campo e o desenvolvimento da circulação de mercadorias, pessoas, capitais e informações, as principais mudanças.

A complexidade, a amplitude e a desigualdade do processo de urbanização presentes no conjunto do território brasileiro de um lado, e a diversidade de contextos regionais, ambientais, econômicos e culturais, onde as cidades pequenas se localizam e se desenvolvem, de outro lado, nos alertam para a necessidade de identificarmos características comuns, particularidades e diferenças que estão presentes no modo como essas cidades se urbanizaram, se relacionam com a rede urbana e com a região. Corroboramos com Sposito (2009, p. 18), que “não há possibilidade de compreensão do que sejam cidades médias e pequenas sem o entendimento do que é a região, porque a região é o próprio quadro de referências, é o próprio ambiente socialmente construído”.

Ainda, segundo Sposito (2009), são importantes os esforços de agrupamentos e classificação das cidades. Contudo, a autora aponta que a proposta de uma tipologia é apenas ponto de partida, a partir dessa base de sistematização da informação, geralmente no plano quantitativo, os pesquisadores podem raciocinar e avançar no problema teórico-conceitual. Nesse sentido, destacamos a seguir alguns importantes esforços que caracterizam as cidades pequenas, de acordo com suas particularidades e diferenças, a partir de experiências de pesquisa, em diferentes escalas e contextos do território brasileiro.

Com base nas transformações promovidas pela industrialização do campo, Milton Santos propõe distinguir as “cidades do campo” e as “cidades no campo”. Essa fundamental diferenciação serve de aporte para o estudo de outros autores sobre as cidades pequenas, como visto em Sposito (2010) e Corrêa (2011). Em síntese, as “cidades do campo” atendem às demandas do campo modernizado e servem de ponte entre o global e o local, têm a tarefa de oferecer informação, indispensável à atividade agrícola moderna (SANTOS; SILVEIRA, 2003). O porte das “cidades do campo” está diretamente relacionado com a divisão territorial do trabalho, quanto maior a especificação da atividade desenvolvida, mais dispersa e com menor concentração populacional será a configuração dos aglomerados urbanos. Por outro lado, as “cidades no campo”, pouco incorporadas pelo circuito capitalista, acabam desenvolvendo poucas atividades econômicas, oferecem poucas oportunidades de emprego, e passam a perder cada vez mais centralidade.

Os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. É dessa forma que as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual dos seus produtos e de suas empresas face ao movimento de globalização (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 281).

A fim de diferenciar o papel das cidades pequenas no contexto brasileiro, Corrêa (2011) propõe cinco ideias tipo: (I) prósperos lugares centrais, ligados à intensa industrialização do campo (tipo que se aproxima da noção de “cidades do campo”); (II) pequenos centros funcionalmente especializados, que resultam do refuncionamento devido a perda da relação com o campo ou pela criação de uma única grande empresa (mineração, metalúrgica, celulose, cimento); (III) reservatório de força-de-trabalho, focos de concentração de trabalhadores agrícolas derivados do processo de modernização do campo e da concentração fundiária; (IV) centros dependentes de recursos externos, antigos lugares centrais decadentes, típicos de áreas agrícolas pobres, que resultam no esvaziamento demográfico; e (V) cidades pequenas transformadas em subúrbios-dormitório, geralmente núcleos próximos a centros economicamente expressivos e em expansão. O autor evidencia que os tipos estabelecidos podem ocorrer de forma pura, assim como, de modo combinado, indicando a copresença de vários tipos.

Carmo e Costa (2021) apresentam uma proposta de tipologia com quatro tipos urbanos para as cidades com menos de 20 mil habitantes do Delta do Rio Amazonas: (I) Pequenas cidades com relevância de serviços urbanos; (II) Pequenas cidades com dinamismo de mobilidade pendular; (III) Cidades muito pequenas com setores de serviços diferenciados; (IV) Cidades pequenas com predominância de atividades rurais (setor de serviços) e pouca oferta de serviços básicos. A fim de capturar tal diferenciação e mostrar que não existe uma homogeneidade, as autoras evidenciam a necessidade de analisar as cidades pequenas separadamente das demais de maior porte².

No contexto da estrutura territorial e da rede urbana brasileira, tanto pela sua representatividade quantitativa quanto pela sua localização nas diferentes regiões e estados do País, não há como negar a importância das cidades pequenas nos processos de desenvolvimento regional. O Brasil tem apresentado nos últimos 20 anos um progressivo processo de urbanização, acompanhado da diminuição do ritmo de metropolização e da constituição de uma rede urbana relativamente mais bem distribuída no território. Nesse processo, as cidades pequenas e médias têm

2 Os autores realizaram pesquisa bibliográfica e documental, na qual foram obtidas 134 variáveis de diferentes fontes (IBGE, FEBRABAN, RAIS, CNM), cujo cruzamento e análise possibilitou a definição dos tipos mencionados.

desempenhado importante papel na articulação dos espaços urbanos e rurais, através da sua centralidade e funções administrativas e econômicas; na intermediação de fluxos de intensidade e conteúdo variados, oriundos dos grandes centros urbanos do país e do exterior, e aqueles provenientes de suas regiões imediatas de influência.

Na escala regional, esses processos adquirem particularidades e diferenças e expressam de um lado dinâmicas de desenvolvimento regional específicas, com diferentes graus de integração à economia nacional e global, e de outro lado, revelam modos de organização, de interação e de complementaridade espacial que, simultaneamente, refletem e condicionam a divisão territorial do trabalho existente, e influenciam os processos de coesão e desenvolvimento territorial. Diante disso é oportuno analisar como se caracterizam os processos de urbanização nas cidades pequenas, seus papéis, funções e interações com os espaços rurais, ainda suas relações espaciais no âmbito das regiões onde se localizam e nas redes urbanas regionais que participam e eventualmente centralizam (SILVEIRA; FACCIN, 2021).

A compreensão dos atuais processos de urbanização das cidades pequenas, e da configuração espacial dos fluxos das interações espaciais que essas cidades estabelecem nas distintas regiões e redes urbanas em que se encontram, se faz necessária não apenas como recurso de análise da dinâmica territorial, em diferentes escalas espaciais, mas também para melhor fundamentar a criação e a implementação de políticas públicas de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional, que objetivem uma maior integração e coesão territorial, de modo a superar a fragmentação e as desigualdades territoriais existentes em territórios, sobretudo de economias periféricas (SILVEIRA, 2020).

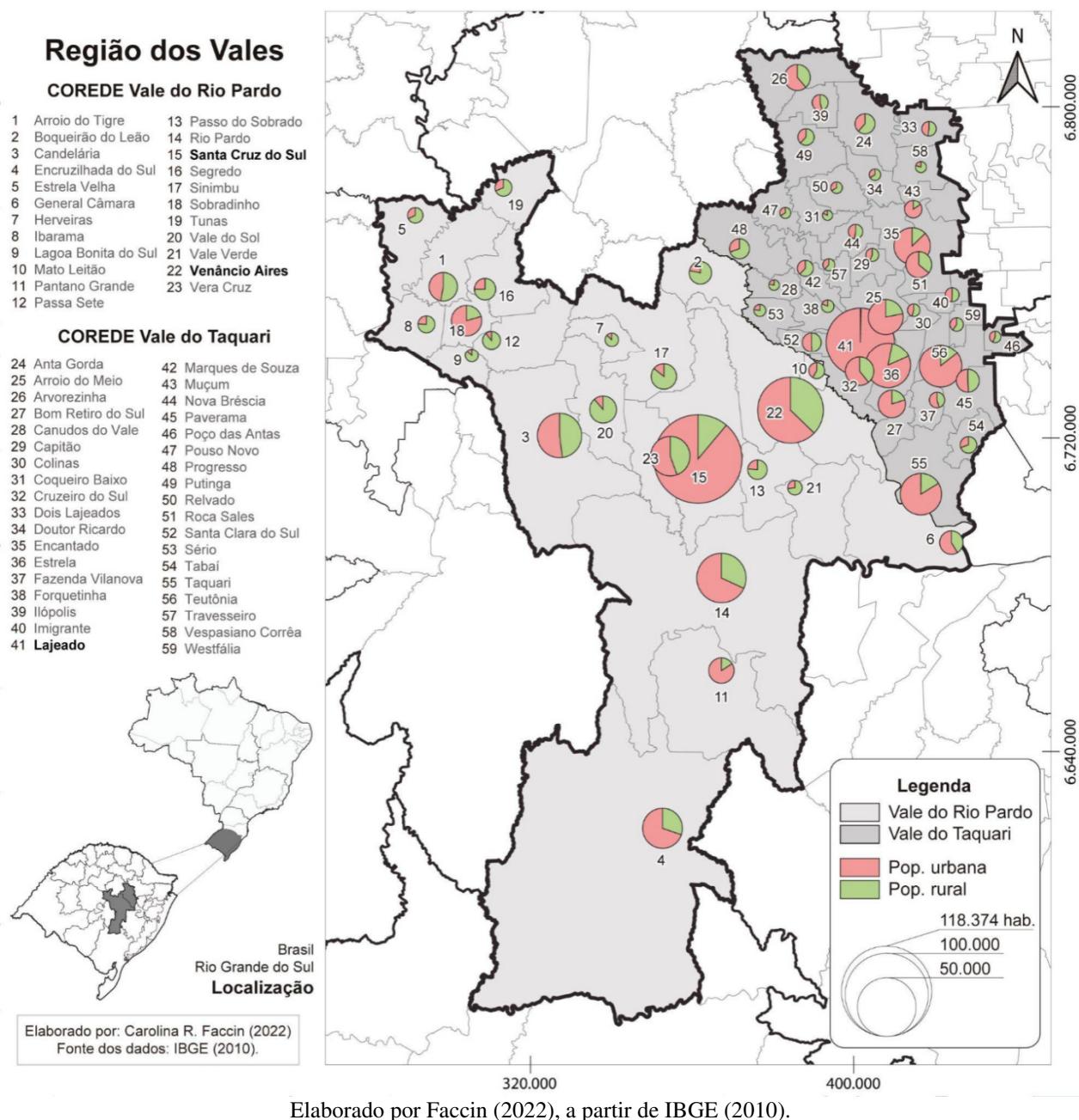
O desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades pequenas e sua articulação em rede em sistemas urbanos mais policênicos e mais bem distribuídos no território são fundamentais para que se poça alcançar a implementação da coesão territorial, através por exemplo, da configuração de redes de territórios (incluídos as parcerias urbano-rurais, de redes de cidades pequenas, de estratégias de vizinhança e de proximidade que cooperam juntos para poder viver e competir melhor) (FARINÓS DASÍ, 2009; FERRÃO, 2012).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DOS VALES E DE SUAS CIDADES PEQUENAS

Região dos Vales, também conhecida como a Região Funcional de Planejamento 2, está localizada na zona centro oriental do estado do Rio Grande do Sul. Ela é composta pelos territórios dos Coredes do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari, os quais apresentam 23 e 36 municípios,

respectivamente (Figura 1). Esta caracterização regional será realizada com base nos aspectos demográficos, estrutura fundiária, economia e divisão territorial do trabalho regional, localização das cidades, estrutura e organização da rede urbana regional, centralidades e fluxos (deslocamentos pendulares para trabalho e estudo, e gestão territorial pública e privada) que as cidades promovem e atraem na região. Busca-se assim, identificar as principais características territoriais da região, da rede urbana e da urbanização das cidades, e analisar as particularidades, similaridades e diferenças existentes entre as dinâmicas urbanas das cidades pequenas em suas relações e interações com a região, com a rede urbana, e com o desenvolvimento regional.

Figura 1 – População total, urbana e rural - 2010



Elaborado por Faccin (2022), a partir de IBGE (2010).

Considerando o patamar de até 50 mil habitantes para a identificação de cidades pequenas, observamos que na região dos Vales, apenas três cidades não se enquadram: Venâncio Aires (65.946 hab.) e Santa Cruz do Sul (118.374 hab.) no Vale do Rio Pardo, e Lajeado (71.445 hab.) no Vale do Taquari (IBGE, 2010). As duas últimas podem ser compreendidas como cidades médias, dada a centralidade e o papel de intermediação exercidos por elas na rede urbana regional (SILVEIRA *et al.*, 2021a). Desse modo, os outros 56 municípios integrantes da região, que possuem menos de 40 mil habitantes, podem ser considerados como cidades pequenas. Destacamos

que 39 destas cidades possuem menos de 10 mil habitantes, contingente demográfico que se mantém na última estimativa populacional (IBGE, 2021).

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, em 2010 observamos que a região dos Vales apresentava população total de 745.864 habitantes, sendo que 68% do total de habitantes da região residia na área urbana e 32% na área rural. A figura 1 ilustra a população total dos municípios e sua distribuição segundo o local de domicílio na área urbana e rural no Censo (2010). Os municípios com maiores taxas de urbanização são Lajeado (99,6%) e Santa Cruz do Sul (88,9%). Dentre os municípios mais urbanizados, também se destacam as cidades pequenas de: Encantado (87,2%), Teutônia (85,5%), Estrela (84,6%), Muçum (84,5%), Taquari (83,9%), Bom Retiro do Sul (79,9%) e Arroio do Meio (78,1%) no Vale do Taquari; e de Pantano Grande (84%), Sobradinho (79,4%) e Encruzilhada do Sul (69,4%) no Vale do Rio Pardo.

Observamos ainda, que os municípios com menor taxa de urbanização correspondem aos com menor população total. Dentre os municípios com taxa de urbanização de até 35%, todos possuem população total inferior a 11 mil habitantes. Nesse grupo, se destacam Passa Sete (10,8%), com um total de 5 mil habitantes, Vale do Sol (11,3%), com 11 mil hab. e Herveiras (13%), com 3 mil hab. no Vale do Rio Pardo; e Coqueiro Baixo (18,5%), com 1,5 mil hab., Forquetinha (18,9%), com 2,4 mil hab. e Vespasiano Corrêa (20,6%), 2 mil hab. no Vale do Taquari (IBGE, 2010) (Figura 1). Quando analisamos a região verificamos que a sub-região do Vale do Taquari, com 36 municípios e o total de 327.723 habitantes, apresenta maior percentual de população urbana (73,9%), em relação a do Vale do Rio Pardo (63%), que possui inversamente menos municípios (23) e uma população total maior (418.141 hab.).

A densidade demográfica, em 2010, no Vale do Rio Pardo foi de 31,8 hab./km², menor que a do Vale do Taquari, de 66,7 hab./km² (IBGE, 2010). Notamos que a densidade demográfica está relacionada à estrutura fundiária existente na região e em seus municípios. Na parte central e norte da sub-região do Vale do Rio Pardo predomina uma estrutura fundiária formada por pequenos estabelecimentos agropecuários, vinculadas à agricultura familiar e pela produção de tabaco e milho. Nessa sub-região, os municípios têm menores dimensões territoriais e as cidades estão mais próximas umas das outras. Já na parte sul do Vale do Rio Pardo, notadamente os municípios de Rio Pardo, Pantano Grande e Encruzilhada do Sul, tem-se a presença de médios e grandes estabelecimentos agropecuários, centros urbanos mais esparsos, baixa densidade populacional, associada às produções de arroz e soja, criação de gado bovino e silvicultura. Ainda, em Pantano Grande ocorre a extração mineral de caulim. Por sua vez, na sub-região do Vale do Taquari os

municípios possuem menores áreas territoriais, e uma estrutura fundiária baseada nos pequenos estabelecimentos agropecuários, vinculadas à agricultura familiar, cuja produção principal é constituída pela criação de frangos, suínos e produção de laticínios (SILVEIRA *et al.*, 2021b).

Nos municípios do Vale do Rio Pardo há um total de 32.334 estabelecimentos agropecuários, que ocupam 1.042.025 hectares. Do conjunto de propriedades, 48% têm menos de 10 hectares e 73,6% têm menos de 20 hectares. Fato que representa uma expressiva ocupação rural de pequenas propriedades na região. As grandes propriedades (acima de 500 ha) que predominam na proporção sul, estão nos municípios de Rio Pardo e Encruzilhada. O Vale do Taquari possui 21.808 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 343.908 hectares. Do total, 76,2% das propriedades possuem menos de 20 hectares (IBGE, 2017) (Quadro 1).

Quadro 1 – Estrutura fundiária dos municípios do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari – 2017

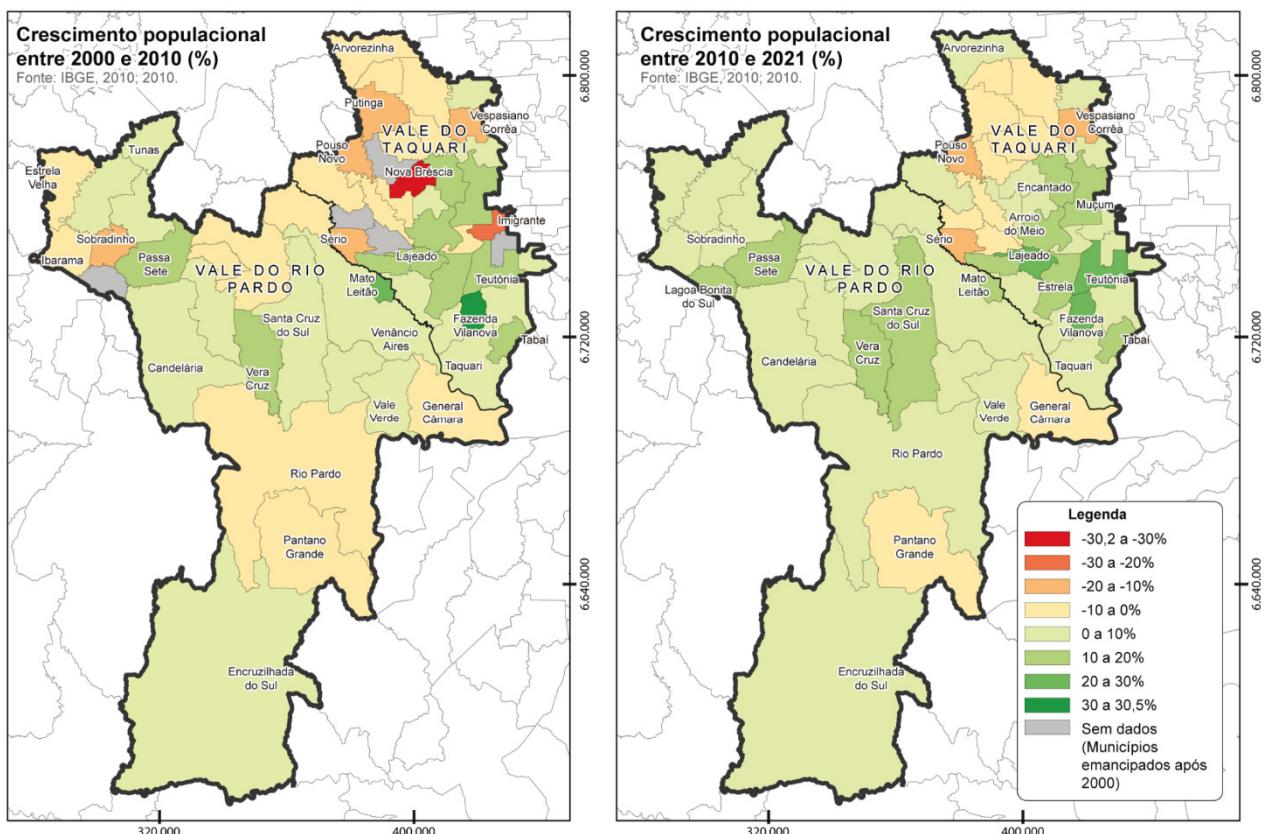
Grupos de área total	N. de estab. agropecuários (Unidades) (2017)				Área dos estab. agropecuários (ha) (2017)			
	Vale do Rio Pardo	%	Vale do Taquari	%	Vale do Rio Pardo	%	Vale do Taquari	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	43	0,1	55	0,3	1	0	0	-
De 0,1 a menos de 0,2 ha	37	0,1	61	0,3	3	0	6	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	101	0,3	89	0,4	22	0	19	0
De 0,5 a menos de 1 ha	400	1,2	295	1,4	239	0	160	0
De 1 a menos de 2 ha	1411	4,4	1031	4,7	1805	0,2	1333	0,4
De 2 a menos de 3 ha	1985	6,1	1110	5,1	4451	0,4	2535	0,7
De 3 a menos de 4 ha	1925	6,0	1316	6,0	6202	0,6	4271	1,2
De 4 a menos de 5 ha	1895	5,9	1099	5,0	7997	0,8	4740	1,4
De 5 a menos de 10 ha	7738	23,9	4894	22,4	54106	5,2	35099	10,2
De 10 a menos de 20 ha	8278	25,6	6667	30,6	113568	10,9	92975	27,0
De 20 a menos de 50 ha	5701	17,6	4317	19,8	163053	15,6	124505	36,2
De 50 a menos de 100 ha	1374	4,2	638	2,9	91699	8,8	40486	11,8
De 100 a menos de 200 ha	628	1,9	151	0,7	84366	8,1	14283	4,2
De 200 a menos de 500 ha	498	1,5	43	0,2	148116	14,2	6867	2,0
De 500 a menos de 1.000 ha	152	0,5	7	0,0	86100	8,3	0	-
De 1.000 a menos de 2.500 ha	76	0,2	1	0,0	90355	8,7	0	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	22	0,1	0	-	96615	9,3	0	-
De 10.000 ha e mais	2	0,0	0	-	0	-	0	-
Produtor sem área	68	0,2	34	0,2	0	-	0	-
Total	32.334	100	21.808	100	1.042.025	100	343.908	100

Fonte: IBGE (2017).

A Figura 2 apresenta dados relativos ao crescimento populacional por município nas décadas entre 2000-2010 e 2010-2021. No primeiro período, a região do Vales totalizou, de modo geral, uma média positiva, com 1,57% de crescimento populacional (IBGE, 2000; 2010). No

período seguinte, com base no Censo Demográfico de 2010 e na estimativa populacional de 2021, dos 59 municípios, 45 apresentaram crescimento positivo (IBGE, 2010; 2021).

Figura 2 – Crescimento populacional das cidades da região dos Vales (2000, 2010 e 2021)



Elaborado por Faccin (2022), a partir de IBGE (2000; 2010; 2021).

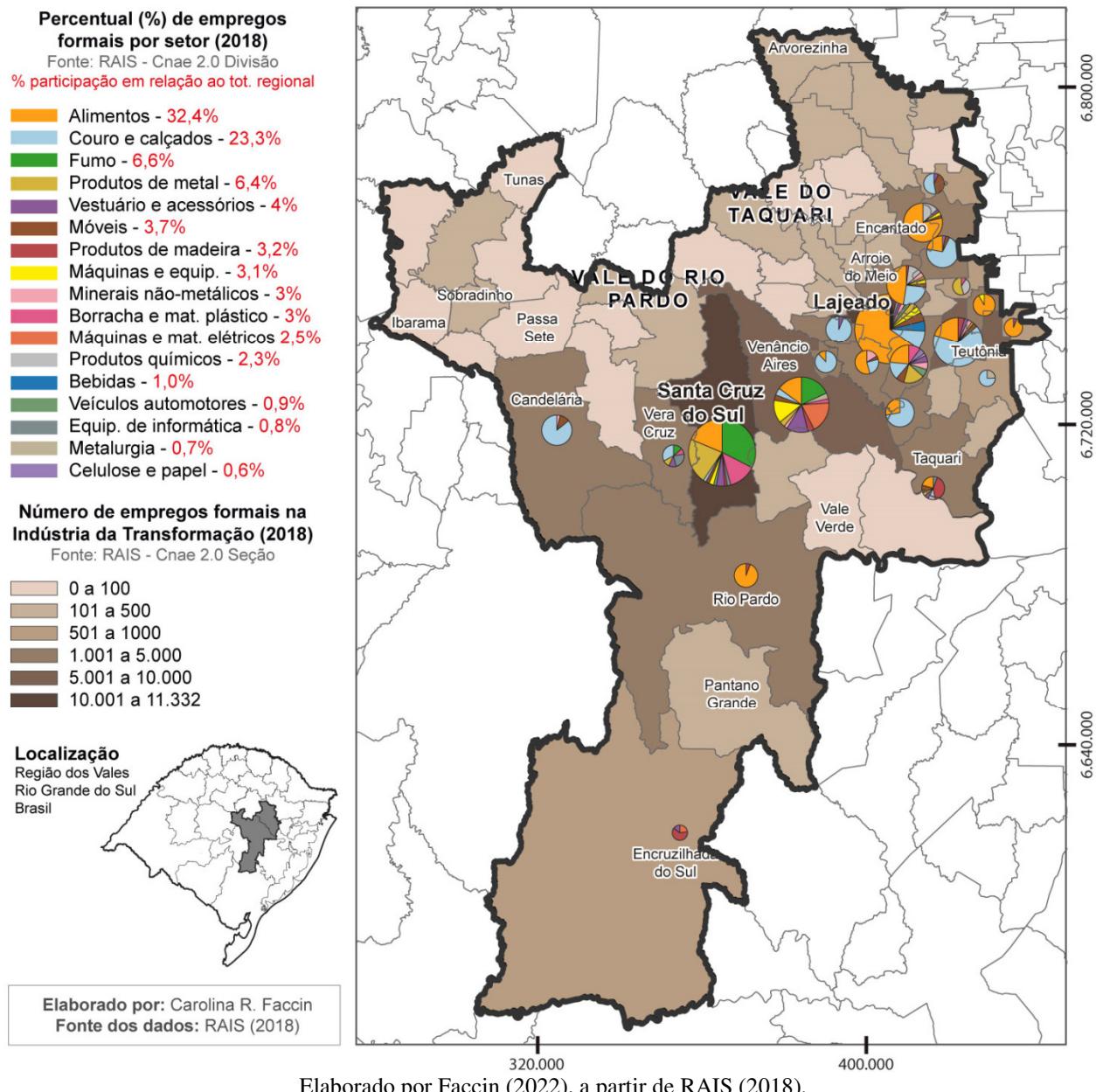
Em relação ao período de 2000 a 2010, destacamos entre os municípios com os percentuais mais altos de crescimento demográfico, os de Fazenda Vilanova (30,5%), Mato Leitão (20%), Teutônia (19%) e Santa Clara do Sul (18,5%). Observamos ainda que entre os municípios da região com maior taxa de urbanização, e que apresentaram nesse período, taxas positivas de crescimento, estão os de Estrela (12%), Lajeado (11%), Encantado (11%), Santa Cruz do Sul (10%) e Venâncio Aires (8%). Já entre os municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional (negativas), entre -10% e -30%, encontram-se predominantemente municípios de pequeno porte demográfico. São eles: Putinga (-10%), Vespasiano Corrêa (-10%), Sobradinho (-12,5%), Pouso Novo (-14,5%), Sério (-16%), Imigrante (-21,5%) e Nova Bréscia (-30%). Destacamos que esse conjunto de municípios está localizado ao norte da região, que é uma área caracterizada pela pequena propriedade rural familiar, pela falta de uma rede de estradas vicinais em boas condições para

escoamento da produção, e por terrenos com forte declividade que impõem dificuldade para os cultivos.

Por sua vez, o maior dinamismo econômico e a estrutura produtiva mais diversificada e integrada da sub-região do Vale do Taquari, bem como a sua proximidade com as regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha, em certa medida influenciam o crescimento populacional dos municípios localizados na parte central e sul dessa sub-região. Já na sub-região do Vale do Rio Pardo, nas suas áreas centrais e ao norte identificamos uma estrutura econômica muito dependente do cultivo e exportação do tabaco, e uma maior fragmentação dos pequenos estabelecimentos agropecuários; e ao sul temos uma estrutura fundiária caracterizada pelas grandes propriedades, pelo uso extensivo do solo, ou pela crescente mecanização, mas em ambos com pouca absorção de mão-de-obra. Ambas as situações têm influenciado o baixo crescimento populacional, e possivelmente a diminuição da população na área rural, em alguns dos municípios desta sub-região (SILVEIRA *et al.*, 2021a).

Conforme observamos na Figura 2, na última década, entre 2010-2021, verificamos que a porção norte da sub-região do Vale do Taquari continua apresentando um decréscimo populacional, embora a porcentagem não seja mais tão elevada como no período anterior. Nesse processo, se destacam os municípios Sério (-17%), Pouso Novo (-15%) e Vespasiano Corrêa (-10%). Na sub-região do Vale do Rio Pardo apenas dois municípios apresentaram taxas negativas: Pantano Grande (-9%) e General Câmara (-1%). Quanto ao crescimento populacional seguem em destaque, no Vale do Taquari, três municípios: Fazenda Vilanova (26%), Teutônia (25%) e Santa Clara do Sul (18%); incluindo também Lajeado (20%). Da mesma forma, no Vale do Rio Pardo, Mato Leitão (19%) se mantém em crescimento positivo, seguido de Vera Cruz (14%) e Passa Sete (12%).

Figura 3 – Número de empregos formais da Indústria da Transformação, por setor CNAE 2.0, por município na região dos Vales - 2018



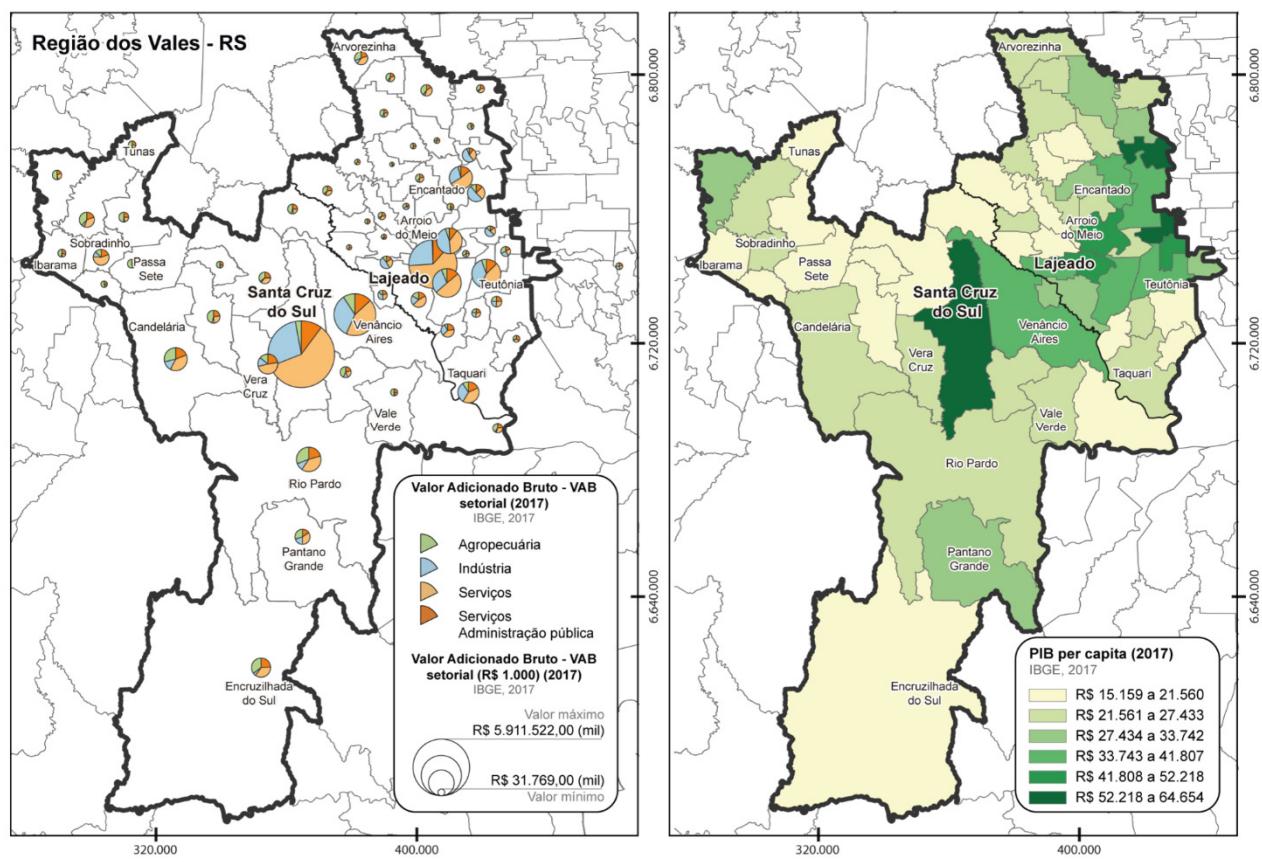
No que tange os aspectos econômicos regionais, a análise dos dados da RAIS, de 2018 mostra que 30,8% da população ocupada da região dos Vales atuavam no setor da Indústria da Transformação (RAIS, 2018). A Figura 3 apresenta o número de empregados por diferentes ramos desse setor, por município.

Entre o escopo de cidades pequenas destaca-se, pelo elevado número de empregados na Indústria da Transformação, os municípios do Vale do Taquari, como: Teutônia (8,2% dos empregos), onde predomina a produção de couro, calçados, e alimentos; Arroio do Meio (5,2%),

predominando a produção de alimentos, couro e calçados; Encantado (5%), predominando a produção de alimentos; Estrela (4,8%), com uma produção mais diversificada em alimentos, produtos de metal, couro e calçados, e Roca Sales (3,4%), com produção de couro e calçados. No Vale do Rio Pardo, destaca-se Candelária (3,1% dos empregos), com produção de couro e calçados.

Em relação à distribuição da riqueza gerada pela economia municipal e regional, a figura 4 apresenta os valores do PIB *per capita* de cada município da região dos Vales. Destacamos, com os maiores PIB *per capita*, os municípios de Santa Cruz do Sul (R\$ 64.654,00) no Vale do Rio Pardo; e Imigrante (R\$ 57.305,00), Muçum (R\$ 56.676,00), Arroio do Meio (R\$ 52.218,00), Westfália (R\$ 47.853,00), Lajeado (R\$ 45.889,00), e Teutônia (R\$ 41.808,00) no Vale do Taquari (IBGE, 2017). Na sub-região do Vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul é o único município cujo PIB *per capita* supera os R \$40.000,00, enquanto na do Vale do Taquari, seis municípios superam esse valor. Além disso, dos dez menores PIBs *per capita* da região, sete são referentes aos municípios localizados no Vale do Rio Pardo, portanto, há uma distribuição de riqueza desigual entre os municípios desta região. No Vale do Taquari, esta desigualdade interna é menor.

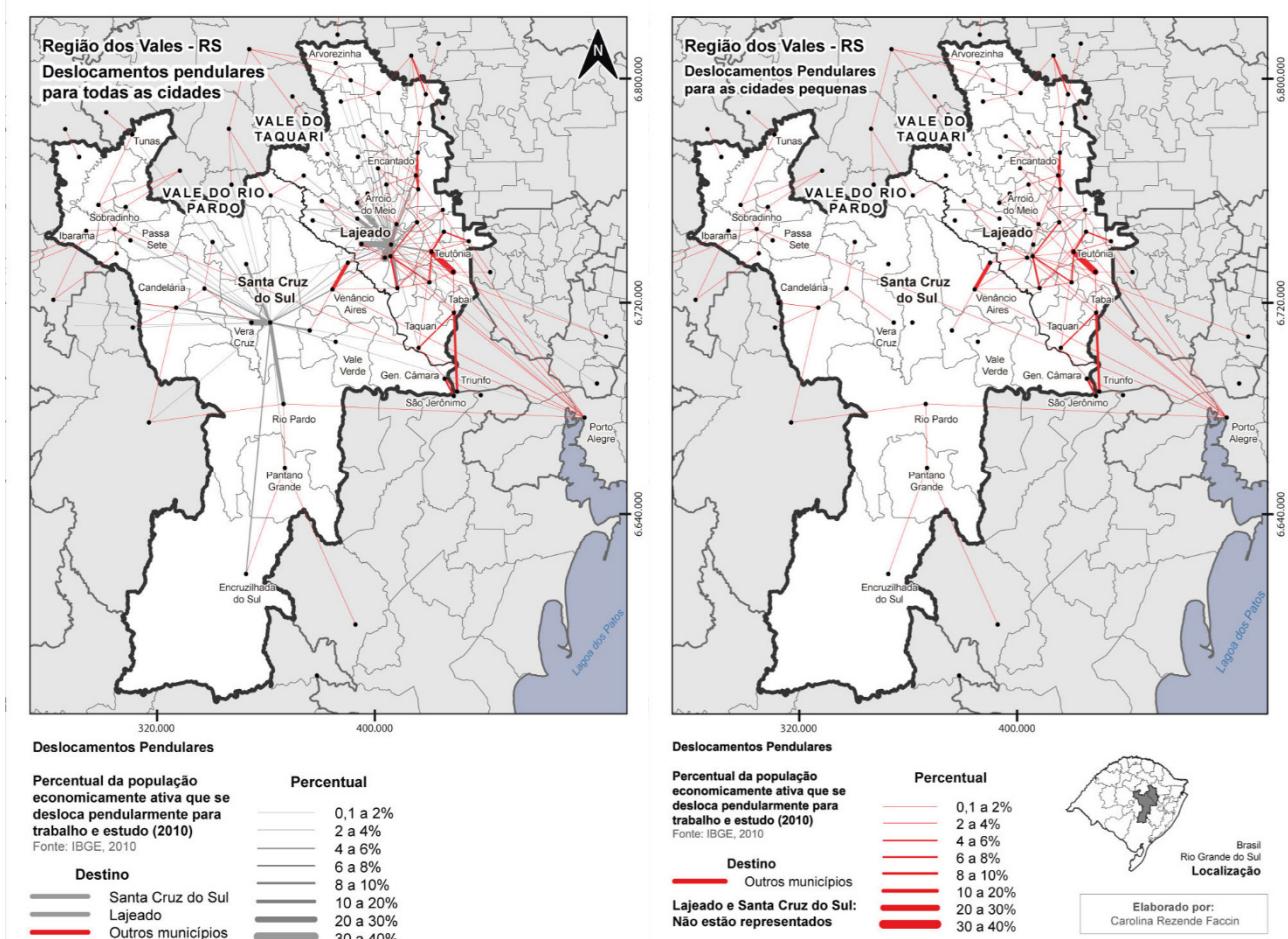
Figura 4 – Estrutura econômica da região dos Vales - VAB e PIB - 2017



Outro indicador importante para a análise da economia regional e municipal é o Valor Adicionado Bruto (VAB). Verificamos a expressiva importância do setor de serviços na maior parte dos municípios. Esse setor representa mais de 50% da composição do VAB em 28 dos 59 municípios da região, destacamos Sobradinho (75,8%), Lajeado (74%), Vera Cruz (71%), Encruzilhada do Sul (65%), Santa Cruz do Sul (69%) e Encantado (66,3%). Quanto ao setor industrial, oito municípios possuem mais de 35% da sua composição do VAB pertencente ao setor industrial: Muçum (54,6%), Roca Sales (51,4%), Imigrante (49,9%), Santa Clara do Sul (48,4%), Arroio do Meio (46%), Teutônia (36,8%) e Mato Leitão (36,1%). Muitas vezes o alto desempenho do setor da indústria em cidades pequenas como essas se deve a uma ou duas grandes empresas ali instaladas e que acabam concentrando o VAB industrial municipal. Em relação ao VAB agropecuário, destacamos os municípios que possuem nesse setor mais de 50% da sua composição: Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Estrela Velha, Herveiras, Vale Verde, Coqueiro Baixo e Vespasiano Corrêa (IBGE, 2017).

A figura 5 apresenta os fluxos, entre as cidades da região, dos deslocamentos pendulares para trabalho e estudo, em relação proporcional à População Economicamente Ativa (PEA) da cidade de origem dos deslocamentos. Buscando realçar melhor os deslocamentos pendulares em direção às cidades pequenas da região, estão destacados na cor vermelha os fluxos para as cidades pequenas. Assim, na figura 5, no mapa à direita excluiu-se os fluxos com destino para as cidades de Santa Cruz do Sul, Lajeado e Venâncio Aires. Nesse sentido, considerando-se apenas os fluxos para as cidades pequenas acima de 3%, podemos destacar os deslocamentos com destino à: Teutônia, com origem em Paverama (21,8%), em Westfália (6,3%), e em Fazenda Vilanova (5,7%); com destino à Estrela, a partir de Bom Retiro do Sul (8%), Fazenda Vilanova (5,5%), Colinas (4,7%) e Lajeado (3%); Com destino à Muçum, a partir de Roca Sales (5,7%) e Vespasiano Corrêa (3,6%); Westfália, a partir de Poço das Antas (5%); Direcionado à Encantado, a partir de Muçum (5%), Roca Sales (4,8%) e Capitão (3,1%); e com destino à Roca Sales, a partir de Encantado (4,6%). Todos esses municípios estão localizados no Vale do Taquari (IBGE, 2010).

Figura 5 – Percentual dos deslocamentos pendulares da PEA para trabalho e estudo - 2010



Elaborado por Faccin (2022), a partir de IBGE (2010).

No Vale do Rio Pardo, destacam-se os fluxos com destino a Candelária, a partir de Cerro Branco (2,1%), município externo à região dos Vales; e com destino a Sobradinho, a partir dos municípios de seu entorno próximo: Segredo (2,6%), Passa Sete (1,7%), Arroio do Tigre (1,5%), Lagoa Bonita do Sul (1,4%) e Ibarama (1%) (IBGE, 2010). A baixa circulação de fluxos pendulares para trabalho entre as cidades do Vale do Rio Pardo se deve à limitada divisão territorial do trabalho existente na região, advinda da especialização da atividade agroindustrial do tabaco, comandada pelo capital transnacional, que concentra na cidade média de Santa Cruz do Sul as principais usinas de tabaco, bem como fábricas de insumos e demais empresas fornecedoras que atuam na cadeia produtiva desses produtos. Além disso, parte significativa dos insumos para a produção industrial do tabaco tem origem em outras regiões do país e do exterior, limitando os fluxos intrarregionais (SILVEIRA *et al.*, 2021a).

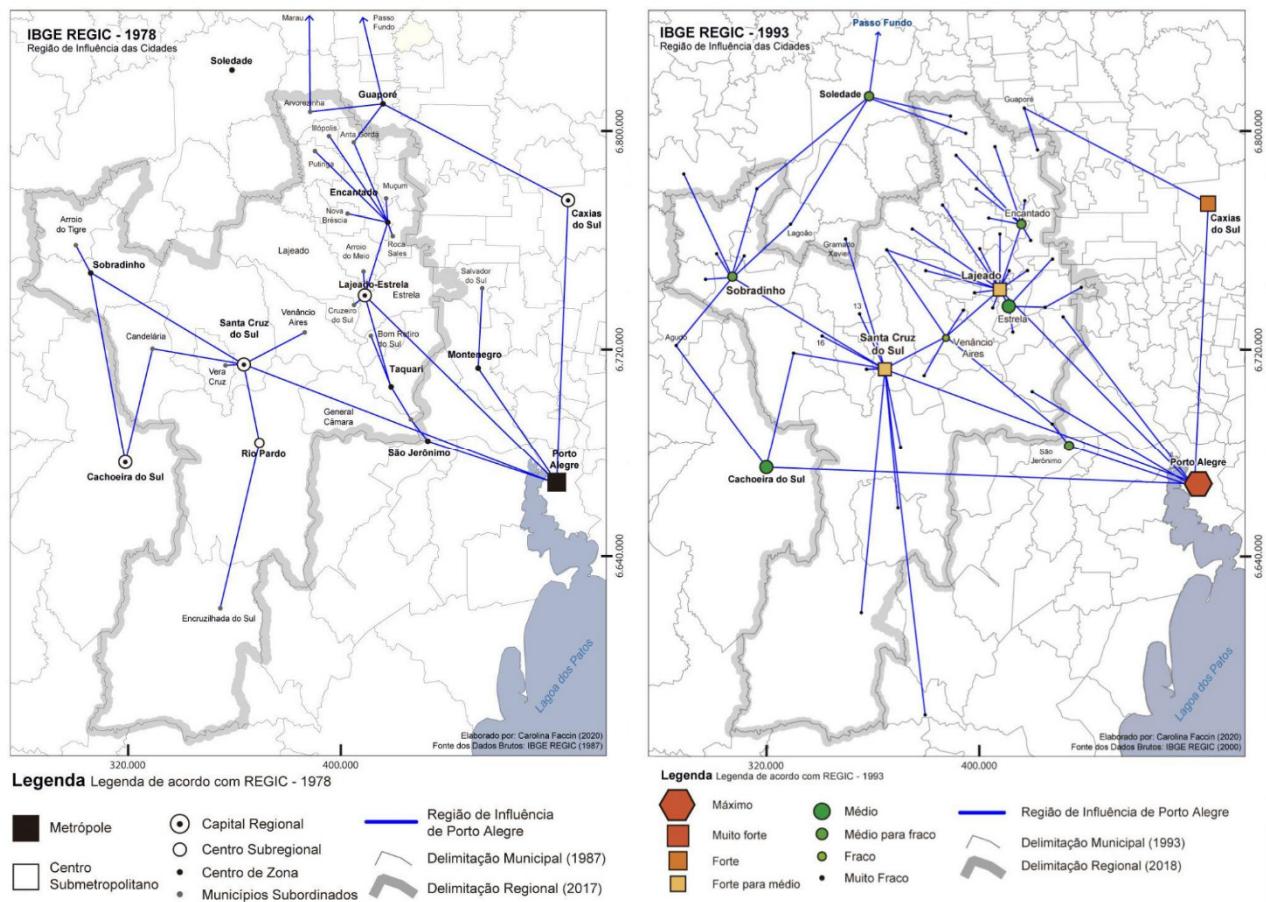
Como bem lembra Corrêa (2016) a espacialização do desenvolvimento econômico, a distribuição espacial das atividades produtivas, os diferentes níveis de especialização produtiva, em

suma, o modo como se apresenta na região, a divisão territorial do trabalho enquanto condição e reflexo da rede urbana, permite compreender melhor a organização, a hierarquia e o funcionamento da rede urbana regional, bem como as interações espaciais entre as distintas cidades que a constituem.

As figuras 6 e 7 buscam apresentar a evolução da rede urbana regional entre 1978 e 2018, a partir dos estudos da Região de Influência das Cidades – REGIC de 1978, 1993, 2007 e 2018, do IBGE, de modo comparativo. Estão representadas, através dos ícones de diferentes formas, tamanhos e cores, a hierarquia das cidades na rede urbana, e, através das linhas azuis, a área de influência dos centros urbanos.

Em 1978, os centros urbanos de Santa Cruz do Sul e, de forma conjunta, os centros de Lajeado e Estrela foram classificados como Capitais Regionais. Em um nível abaixo, Rio Pardo foi classificado como Centro Sub-regional; e Sobradinho, Taquari e Encantado como Centro de Zona. Os 16 municípios restantes foram classificados como Municípios Subordinados (IBGE, 1987). Apontamos que diferentemente das publicações dos anos seguintes, até o ano de 1978 o município de Rio Pardo ainda possuía relativa importância na rede urbana da região dos Vales (Figura 6).

Figura 6 – Rede urbana da região dos Vales - 1978 e 1993

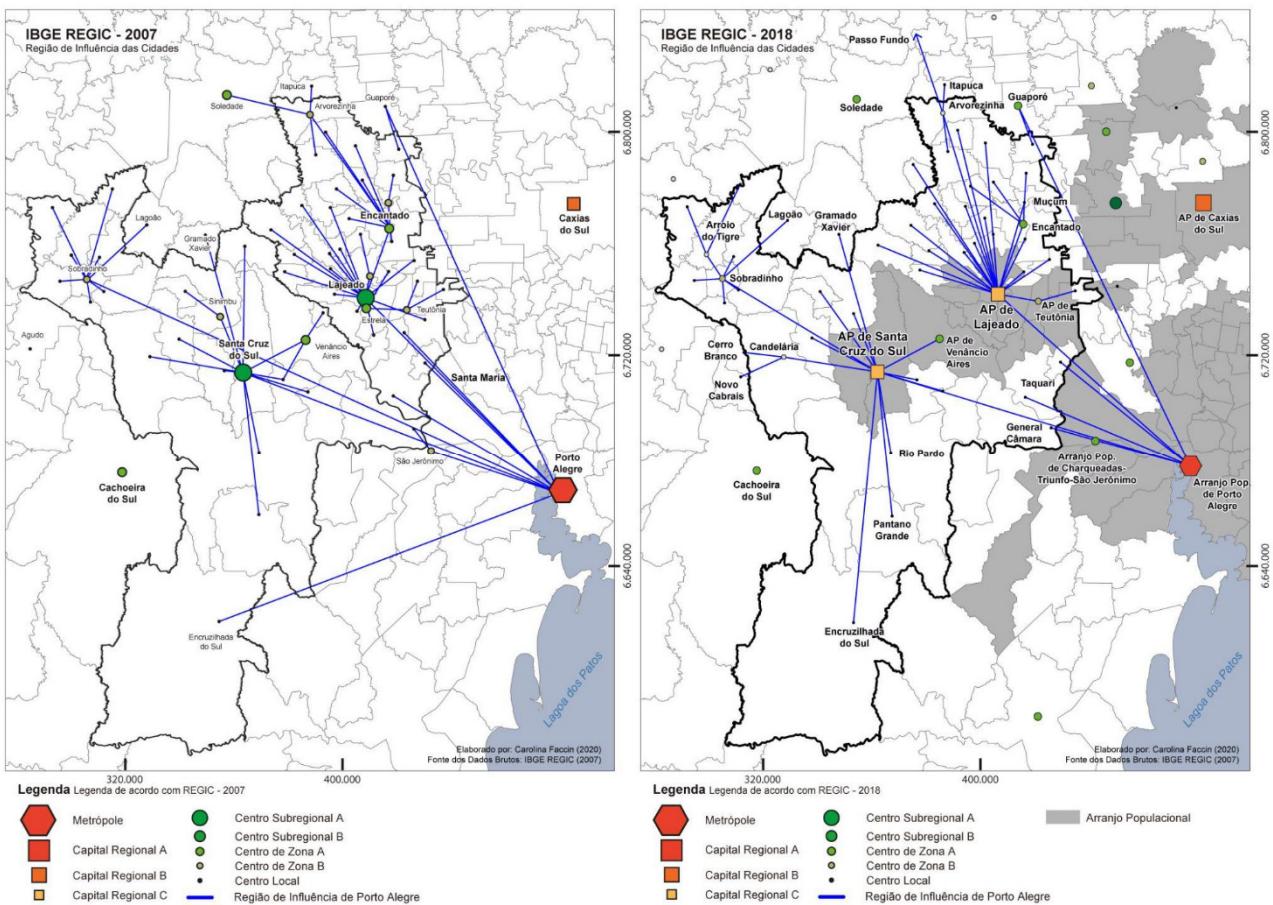


Elaborado por Faccin (2022), a partir de IBGE (1987; 2000).

Em 1993, a centralidade de Santa Cruz do Sul e Lajeado foi classificada no nível “forte para médio”, Estrela no “médio”, Sobradinho e Encantado como “médio para fraco” e Venâncio Aires como “fraco”. Os 38 restantes municípios foram classificados no nível “muito fraco” (IBGE, 2000). Em comparação à 1978, podemos notar uma gradual ascensão de Venâncio Aires como um importante centro regional, e a diminuição de importância de Sobradinho e Rio Pardo (Figura 6).

Os dados referentes ao ano de 2007 (Figura 7) apresentam o município de Santa Cruz do Sul e Lajeado como Centros sub-regionais; Venâncio Aires, Estrela e Encantado, como Centros de Zona A; e Sobradinho, Sinimbu, Arroio do Meio, Teutônia, Muçum e Arvorezinha como Centros de Zona B. Os demais 48 municípios foram classificados como Centros Locais (IBGE, 2008).

Figura 7 – Rede urbana da região dos Vales - 2007 e 2018



Elaborado por Faccin (2022), a partir de IBGE (2008; 2020).

Por fim, os dados referentes à rede urbana de 2018 (Figura 7) mostram que, exercendo intermediação entre a metrópole para com os centros locais, encontram-se as Capitais Regionais C de Santa Cruz do Sul e Lajeado, ambas agrupadas conforme a REGIC 2018, em Arranjos Populacionais (APs). Em um nível intermediário, como Centros Sub-regionais B, estão o AP de Venâncio Aires e a cidade de Encantado; como Centros de Zona A, Sobradinho e o AP de Teutônia e, por fim, como Centros de Zona B, estão Arroio do Tigre, Arvorezinha e Candelária. Os demais municípios ou são classificados como Centros Locais, ou estão inclusos nos Arranjos Populacionais de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Lajeado e Teutônia (IBGE, 2020).

Em relação às regiões de influência existentes, representadas por meio de linhas na cor azul, que configuram as conexões entre municípios, notamos o município de Sobradinho, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Encantado e Teutônia, que servem como centros de atração para os municípios localizados nos seus entornos (Figura 7).

Houve, no decorrer dos anos, uma ampliação do número de Centros Locais, pela classificação dos estudos da REGIC, devido ao intenso processo de emancipações municipais

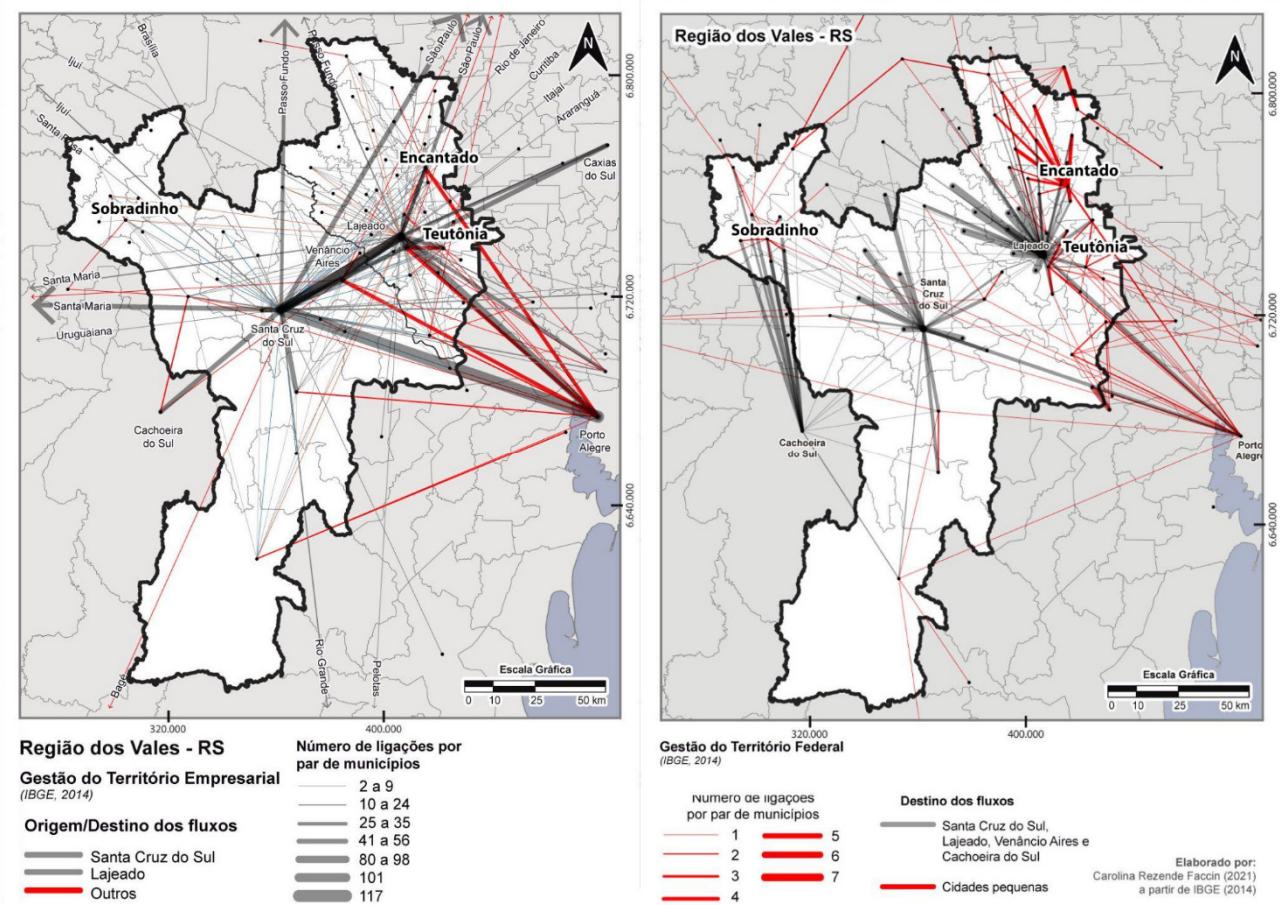
ocorrido³, mas também pela dinâmica de perda de centralidade de alguns núcleos urbanos. Em um nível intermediário, como centros de zona, as cidades de Venâncio Aires e Sobradinho, no Vale do Rio Pardo, também Estrela, Teutônia e Encantado, no Vale do Taquari, se caracterizam por desempenharem papel complementar no sistema urbano regional. Ou seja, pela centralidade urbana que apresentam em relação ao seu entorno imediato, bem como por possuírem algumas e importantes sedes de empresas e indústrias.

Em consonância com os estudos da REGIC, observamos no mapa da direita na figura 8, os dados sobre os fluxos de gestão pública federal do território, através da oferta descentralizada de serviços públicos relacionados à Receita Federal, Previdência Social e Justiça Federal. Evidencia-se de um lado, as respectivas áreas de influência imediata de cada cidade, e de outro, a existência de fluxos e ligações cruzadas, entre ambas, dada a especialização e a oferta de serviços públicos federais diferenciados que cada uma das cidades apresenta (SILVEIRA *et al.*, 2021b).

Em primeiro lugar, esses dados reforçam a grande centralidade das cidades de Santa Cruz do Sul e de Lajeado no interior da região dos Vales, estabelecendo relações de até 7 ligações com municípios do seu entorno, pois é nessas cidades que estão localizadas as repartições desses órgãos públicos que atendem toda a região. Quanto aos fluxos de gestão pública federal para as cidades pequenas da região, destacamos, como centros secundários no âmbito intrarregional, as cidades de: Encantado, estabelecendo relações (2 a 5 ligações) com as cidades de Vespasiano Corrêa, Roca Sales, Relvado, Muçum, Doutor Ricardo, Anta Gorda, Putinga, Nova Bréscia, Ilópolis, Coqueiro Baixo e Capitão; Estrela estabelecendo relações (2 a 3 ligações) com as cidades de Colinas, Bom Retiro do Sul, Imigrante e Fazenda Vilanova; Teutônia, estabelecendo relações (2 ligações) com Westfália, Poço das Antas, Paverama e Imigrante. No Vale do Rio Pardo, Sobradinho se destaca por estabelecer relações (2 ligações) com os municípios de Segredo, Passa Sete, Lagoa Bonita do Sul e Ibarama (IBGE, 2014) (Figura 8).

3 Ao total cinco municípios se emanciparam depois de 2000: Lagoa Bonita do Sul no Vale do Rio Pardo; Canudos do Vale, Coqueiro Baixo, Forquetinha e Westfália no Vale do Taquari.

Figura 8 – Fluxos de gestão do território pública federal e empresarial - 2014



Elaborado por Faccin (2022), a partir de IBGE (2014).

Chama também a atenção, a centralidade que a cidade de Cachoeira do Sul (pertencente ao Corede Jacuí-Centro e com total de 83.827 hab. no Censo 2010) exerce em relação às cidades e municípios localizados na parte norte da região do Vale do Rio Pardo. Isso pode ser explicado pelas relações históricas que tais cidades mantêm com aquela, anteriores ao processo de suas emancipações político-administrativas, nos anos oitenta e noventa (SILVEIRA *et al.*, 2021b).

Em um segundo mapa, à esquerda na Figura 8, temos a representação da espacialização dos fluxos de gestão empresarial a partir dos dados de IBGE (2014), que representam as relações existentes entre empresas (sedes e filiais) localizadas nos municípios da região dos Vales. O mapa destaca, através da cor vermelha, as ligações estabelecidas a partir das cidades pequenas.

As cidades de Lajeado e de Santa Cruz do Sul comandam as relações com as demais cidades e municípios da região apresentando forte centralidade regional e desempenham importante papel de comando na rede urbana regional. Elas intermediam grande parte dos fluxos econômicos e de serviços que se originam na região metropolitana de Porto Alegre e em centros urbanos nacionais e globais que participam das atividades agroindustriais do tabaco e de alimentos. Elas também

intermediam os fluxos da produção agrícola e do excedente econômico oriundo das áreas rurais e das cidades pequenas da região que se destinam a essas duas cidades, ou ao mercado estadual e nacional (SILVEIRA *et al.*, 2021b).

Em relação às cidades pequenas que comandam fluxos de gestão empresarial (intensidade superior a 10) podemos destacar aqueles entre Encantado com Porto Alegre, Roca Sales e Canoas; entre Estrela para com Porto Alegre, Teutônia, Canoas e São Paulo; entre Teutônia com Bom Retiro do Sul, Paverama, Porto Alegre e Arroio do Meio; entre Sobradinho com Arroio do Tigre e Agudo; e entre Candelária com Cachoeira do Sul, Vera Cruz e Agudo. Destaca-se também as ligações entre Porto Alegre com Encantado, Estrela, Taquari, Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Arroio do Meio, Candelária e General Câmara, através das filiais de empresas instaladas nessas cidades pequenas, cujas sedes estão localizadas na capital do estado. (IBGE, 2014).

PROPOONDO UMA TIPOLOGIA PARA CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO DOS VALES

O propósito de construir uma tipologia de cidades pequenas na região dos Vales busca melhor evidenciar as características comuns, mas também as particularidades e as diferenças existentes entre essas cidades pequenas no contexto do território regional. Entende-se que dessa maneira contribuímos para avançar na compreensão da complexidade dos processos de urbanização das cidades pequenas na escala local e regional, superando os limites estabelecidos pela generalização do que sejam essas cidades no Rio Grande do Sul, quando definidas apenas pelo seu tamanho demográfico.

Na construção de uma proposta de tipologia para as cidades pequenas da região do Vales inicialmente consideramos os referenciais teóricos e metodológicos presentes em anteriores pesquisas sobre cidades pequenas no Brasil que lançam luzes importantes sobre a definição do conceito de cidade pequena, sobre as dinâmicas particulares de urbanização que essas cidades apresentam no território, bem como sobre possíveis tipos urbanos (CORRÊA, 1999 e 2011; SANTOS e SILVEIRA, 2003; SPOSITO, 2010; CARMO e COSTA, 2021; SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013; e ENDLICH, 2017).

Um segundo passo para essa construção tipológica foi o de buscar entender como se apresenta o território da região dos Vales em suas características espaciais, demográficas e econômicas, em relação a divisão territorial do trabalho regional, e sobre como se caracterizam as cidades pequenas quanto à sua urbanização, economia urbana, e sua inserção e interações espaciais no contexto da rede urbana e da região.

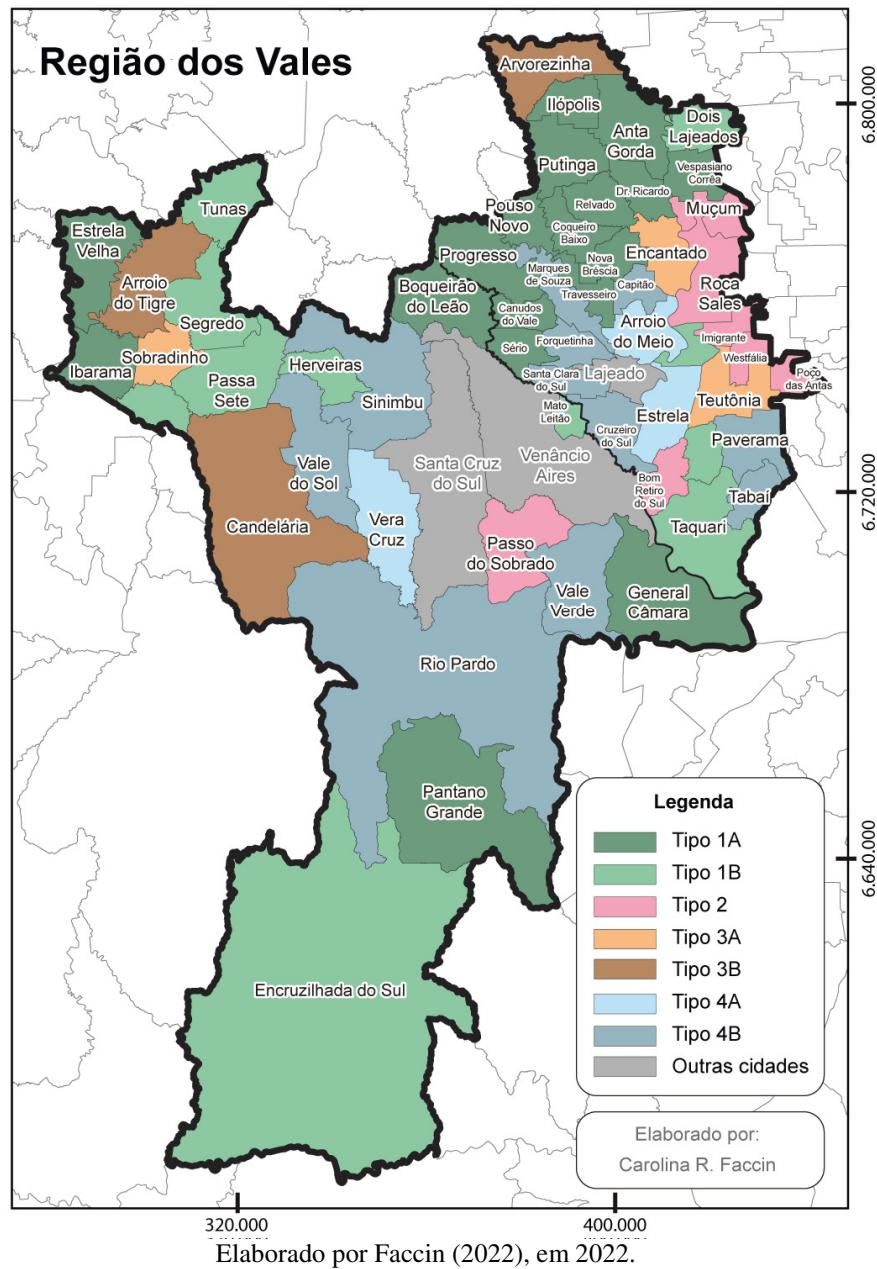
O terceiro passo foi o de, com base nas características urbanas e regionais do território dos Vales, definir as principais variáveis que em nosso entendimento, pudessem melhor fundamentar o exercício de agrupamento e classificação das cidades pequenas, bem como permitissem compreender o papel, a participação, e a importância dessas cidades pequenas nos processos de desenvolvimento regional. Para tanto, definimos como variáveis de análise: a estrutura fundiária municipal, a dinâmica demográfica, a urbanização, a economia municipal, a localização no território, as funções e a centralidade da cidade na região, e as relações espaciais da cidade no contexto da rede urbana regional.

No quarto passo, buscamos verificar como as cidades pequenas da região se apresentavam em relação a essas variáveis realizando assim uma classificação inicial, seguida de agrupamento em diferentes tipos de cidades que apresentavam características comuns ou similares em relação às variáveis analisadas.

No quinto passo, procuramos inter-relacionar e articular variáveis buscando identificar elementos comuns e características gerais que pudessem constituir os tipos urbanos, em sintonia com a realidade urbana e regional, para então procedermos a classificação e agrupamento das cidades pequenas nos respectivos tipos. Nesse exercício verificamos que determinadas cidades podem ser classificadas em mais de um tipo, pelas particularidades e características da cidade, em sua relação com a região.

Como resultado dessa análise e desse exercício metodológico, apresentamos a seguir nossa proposta de tipos urbanos identificados na região. São quatro tipos e sete subtipos que buscam contemplar aspectos principais da urbanização e da relação das cidades pequenas com a rede urbana (Figura 9).

Figura 9 - Tipologia para cidades pequenas na Região dos Vales-RS



Tipologia 1: Cidades pequenas no campo (de produção familiar de subsistência, ou de produção agropecuária extensiva, e/ou de exploração mineral)

1A - *Cidades pequenas que apresentam a economia urbana e municipal assentadas sobretudo na agricultura familiar de subsistência, ou nas atividades agropecuárias extensivas, ou nas atividades de exploração mineral.* São também as cidades que no período intercensitário de 2000 a 2010, e de 2010 a 2021 (Estimativa populacional elaborada pelo IBGE) vem apresentando taxas negativas de crescimento demográfico, com perdas continuadas de sua população. Tais

cidades, em sua grande maioria, também apresentam baixa taxa de urbanização (menos de 50% da população total municipal), e não possuem ou oferecem limitados serviços públicos. Muitas delas estão localizadas em áreas periféricas no território regional, distantes das cidades médias da região, e algumas apresentam limitada acessibilidade. Como exemplos desse subtipo de cidades, temos: Boqueirão do Leão, Estrela Velha, Ibarama, Pantano Grande e General Câmara localizadas na sub-região do Vale do Rio Pardo, e Anta Gorda, Putinga, Ilópolis, Pouso Novo, Relvado, Canudos do Vale, Progresso, Sério, Relvado, Nova Bréscia, Travesseiro, Dr. Ricardo e Vespasiano Corrêa localizadas na sub-região do Vale do Taquari.

1B- Cidades pequenas que apresentam uma economia assentada na atividade agropecuária extensiva, ou na agricultura familiar, mas com baixo dinamismo econômico, limitada oferta de serviços públicos. Algumas dessas cidades também apresentam a presença de uma ou duas empresas industriais que são responsáveis pela maior parte da oferta do emprego industrial e da arrecadação municipal. São cidades que apresentam médio crescimento continuado da sua população, no período entre 2000 e 2021, em razão do despovoamento do meio rural nas localidades em seu entorno. Algumas dessas cidades pequenas localizam-se em áreas periféricas da região e distantes das cidades médias, com o predomínio da grande propriedade rural, ou em áreas que apresentam crescente fragmentação da propriedade rural, possuem alta taxa de urbanização. Já outras cidades, apresentam baixas taxas de urbanização. Destacamos como exemplo desse subtipo de cidades as de Encruzilhada do Sul, Lagoa Bonita do Sul, Tunas e Mato Leitão localizadas na sub-região do Vale do Rio Pardo, e as cidades de Dois Lajeados, Segredo, Passa Sete, Herveiras, Lagoão, Gramado Xavier, Taquari, Fazenda Vilanova e Colinas, na sub-região do Vale do Taquari.

Tipologia 2: Cidades pequenas do campo agroindustrializado

Integram esse tipo, *as cidades pequenas cuja urbanização e o desenvolvimento da economia municipal e urbana se relacionam diretamente com as atividades produtivas e serviços referentes à agroindustrialização do campo e a comercialização da produção rural, cujo destino são os mercados nacional e/ou internacional.* Tais atividades agroindustriais ligadas às etapas da produção rural, comercialização, processamento/beneficiamento e transporte da produção integram às cadeias produtivas agroindustriais globais do tabaco e da carne, principalmente, e da soja e do arroz, secundariamente. São cidades que apresentam uma economia urbana com a presença de comércio e serviços privados de apoio à agroindustrialização e de serviços públicos básicos não especializados, e que nos últimos vinte anos apresentaram aumento de população urbana e expansão das suas áreas

urbanas, através da produção de novos empreendimentos imobiliários. Entre as cidades desse tipo podemos destacar, como exemplo, as cidades de Arroio do Tigre, Candelária e Passo do Sobrado, na sub-região do Vale do Rio Pardo, e as cidades de Poço das Antas, Westfália, Muçum, Imigrante, Roca Sales e Bom Retiro do Sul, na sub-região do Vale do Taquari.

Tipologia 3: Cidades pequenas centrais (com importante centralidade na rede urbana regional)

3A- *Cidades pequenas que exercem importante centralidade na região, através das suas funções urbanas e das relações e interações espaciais que promovem na rede urbana regional.* São centros urbanos que apresentam uma economia urbana diversificada, estruturada principalmente nos setores de comércio varejista e atacadista e de serviços públicos e privados com algum grau de especialização, e secundariamente na atividade industrial ligada à agroindustrialização da produção rural, mas também a produção industrial de bens de consumo não duráveis e de equipamentos. Nessa condição, essas cidades participam ativamente da divisão territorial do trabalho regional e atendem à demanda de bens e produtos tanto da sua população quanto da população das cidades e municípios localizados em seu entorno. A economia diversificada e a atividade industrial existente nessas cidades pequenas fazem com que elas atraiam fluxos de deslocamentos pendulares para trabalho que se originam de cidades pequenas vizinhas. Além disso, essas cidades desempenham papel importante como centros de gestão do território através de fluxos de gestão pública e privada que essas cidades atraem, interagem e promovem no território regional. Integram esse tipo urbano as cidades de Encantado e Teutônia, no Vale do Taquari, e de Sobradinho no Vale do Rio Pardo. De acordo com a REGIC 2018, do IBGE, enquanto a cidade de Encantado se posiciona como Centro Sub-regional B, na hierarquia da rede urbana regional, as cidades de Teutônia e de Sobradinho se posicionam como Centros de Zona A. Ambas as cidades estão hierarquicamente subordinadas às cidades médias de Lajeado e de Santa Cruz do Sul, classificadas como Capitais Regionais C, pela REGIC 2018.

3B- *Cidades pequenas que exercem centralidade nas microrregiões onde estão localizadas.* Tais cidades se posicionam como Centros de Zona B, na rede urbana regional, de acordo com a REGIC 2018, do IBGE. São centros urbanos cuja economia urbana está estruturada no setor comercial e de serviços de apoio às atividades agropecuárias realizadas em suas regiões de influência. Tais cidades apresentam também papel importante na provisão de serviços públicos para a população e empresas localizadas nos municípios de seu entorno. Arroio do Tigre e Candelária no

Vale do Rio Pardo, e a cidade de Arvorezinha, no Vale do Taquari são as cidades que integram esse subtipo.

Tipologia 4: Cidades pequenas integrantes de aglomerados urbanospolarizados pelas cidades médias

4A- *Cidades pequenas com importante atividade industrial que integram os aglomerados urbanos existentes na região, polarizados pelas cidades médias de Santa Cruz do Sul e de Lajeado.* Essas cidades estão integradas à divisão territorial do trabalho regional através de suas economias municipais e urbanas estruturadas em serviços e atividades industriais ligadas à agroindústria do tabaco, como é o caso de Vera Cruz, no Vale do Rio Pardo, e à agroindústria de produção de carne (aves e suínos), como são os casos de Arroio do Meio e de Estrela, no Vale do Taquari. Essas cidades nos últimos dez anos apresentaram aumento significativo de população urbana e expressiva expansão das suas áreas urbanas, através da produção de novos empreendimentos imobiliários. A localização dessas cidades pequenas em áreas contíguas às maiores cidades da região como é o caso de Vera Cruz em relação à cidade média de Santa Cruz do Sul, e de Arroio do Meio e Estrela em relação à cidade média de Lajeado, tem atraído segmentos da população de média e alta renda destas cidades médias para adquirirem imóveis nessas cidades pequenas.

4B- *Cidades pequenas que são cidades dormitório ou reservatórios de força de trabalho.* São cidades que integram os aglomerados urbanos e possuem limitado dinamismo econômico, cuja economia urbana é constituída basicamente por atividades de comércio e serviços não especializados, com limitada atividade industrial e insuficiente capacidade de geração de empregos para a população local. Tais cidades originam fluxos regulares de deslocamentos pendulares para trabalho e estudo para as cidades médias da região. A proximidade espacial e boa condição de conectividade rodoviária e a disponibilidade de serviços de transporte coletivo intermunicipais entre essas cidades têm ampliado os fluxos diários de trabalhadores e de estudantes que se deslocam desde suas residências nessas cidades pequenas para os seus empregos no comércio, na construção civil e na indústria de transformação, bem como para os cursos de ensino superior, ofertados, respectivamente, pelas empresas e universidades instaladas nas cidades médias. Como exemplos desse subtipo de cidades destacamos: Rio Pardo, Vale Verde, Vale do Sol e Sinimbu de onde a população pendularmente se desloca para a cidade média de Santa Cruz do Sul, na sub-região do Vale do Rio Pardo, e as cidades de Capitão, Santa Clara do Sul, Cruzeiro do Sul, Marques de Souza

e Forquetinha de onde os fluxos pendulares se originam com destino à cidade média de Lajeado, na sub-região do Vale do Taquari.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos trinta anos a urbanização brasileira tem se expandido no conjunto do território, mas com diferentes intensidades e apresentando desiguais processos de concentração da população, de oferta de serviços públicos, e de desenvolvimento econômico e socioespacial nas cidades do País. Tais processos, aliado às diferentes dinâmicas econômicas e configurações espaciais dos distintos contextos regionais, têm promovido a urbanização de cidades com diferentes portes, funções e níveis de centralidade nas regiões e nas redes urbanas onde estão inseridas.

Nesse período e contexto, embora ainda se tenha no campo dos estudos urbanos e regionais, o predomínio de investigações principalmente sobre o processo de urbanização em espaços metropolitanos, e, em segundo plano, sobre a urbanização das cidades médias, observa-se que tem havido crescente interesse de pesquisa em buscar compreender as particularidades e similitudes do processo de urbanização das cidades pequenas, de sua relação com o espaço regional e com o desenvolvimento territorial das regiões.

A diversidade, a especificidade e particularidade em como se apresenta a urbanização nas cidades pequenas e as relações espaciais que estas promovem nos diferentes espaços regionais do país, impõem a importância da realização de novos e continuados estudos comparativos sobre as cidades pequenas e sua relação com o desenvolvimento regional.

A região dos Vales, cujo território é constituído pelas sub-regiões do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari, está desde o início do século XX fortemente integrada no mercado mundial de produtos agroindustriais através da participação nas cadeias produtivas globais do tabaco, da produção de carne e de soja. Os reflexos econômicos e sociais desiguais dessa integração econômica envolvem de um lado as empresas multinacionais e de outro os pequenos agricultores familiares e empresas locais, mas também a distribuição desigual dos investimentos, dos empregos e do retorno de impostos entre os municípios/cidades que concentram a industrialização e exportação da produção e os demais municípios/cidades que desempenham as funções de produção agrícola, armazenamento e apoio menos especializado à atividade produtiva. Somam-se a isso os condicionantes históricos do processo de formação e ocupação territorial da região, e da distribuição desigual da infraestrutura viária, serviços públicos e da população entre os municípios/cidades.

Ambos os fatores têm influenciado os processos de urbanização, de divisão territorial do trabalho e de estruturação, organização e funcionamento da rede urbana regional.

Nesse contexto territorial as cidades pequenas apresentam grande representatividade na composição da rede urbana regional, comandado pelas cidades médias de Lajeado e Santa Cruz do Sul. Numerosas no território, embora apresentem economias urbanas com diferentes graus de complexidade e de especialização, distintos níveis centralidade e desiguais dinâmicas de desenvolvimento, além de diferentes e particulares dinâmicas de urbanização, e de relações e interações espaciais com a região, as cidades pequenas são de fundamental importância para os processos de funcionamento da rede urbana e de coesão territorial na região.

A tipologia aqui proposta se constitui em um exercício analítico, ainda em construção, que busca compreender o papel e a importância dessas cidades pequenas no contexto da rede urbana regional, mas também identificar as particularidades, similitudes e diferenças do seu processo de urbanização, em sua relação com o território e com a dinâmica de desenvolvimento regional.

Verificamos, a partir da análise dessa região concreta e na construção dessa proposta de tipologia urbana, o quanto os estudos tipológicos de cidades pequenas, como os desenvolvidos por de Santos e Silveira (2003) e Corrêa (2011) para a escala brasileira se mantêm atuais como referenciais importantes nessa reflexão. Verificamos também que estudos como o que realizamos aqui, na escala regional, nos possibilita trazer novos elementos e percepções, desde o território, que ajudam a interpretar a realidade urbana regional e avançar o debate no campo dos estudos urbanos e regionais, desde a perspectiva das cidades pequenas.

A proposta de tipologia aqui apresentada busca também contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de planejamento regional desenvolvidas no âmbito do governo do estado do Rio Grande do Sul em parceria com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). A identificação de particularidades, semelhanças e diferenças nas economias urbanas e nos processos de urbanização das cidades pequenas, bem como a compreensão da dinâmica de relações que tais cidades estabelecem com os espaços rurais dos municípios onde estão localizadas e também da representatividade que essas cidades desempenham na configuração e funcionamento da rede urbana regional são fundamentais para melhor qualificar as políticas de desenvolvimento regional, e os processos de planejamento territorial da região dos Vales.

REFERÊNCIAS

CARMO, M. B. S.; COSTA, S. M. F. Tipologias urbanas para as pequenas cidades do delta do Rio Amazonas: Uma proposição de categorização. In: **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio

de Janeiro, v. 8, n. 3, set-dez de 2021, pp. 440-459. Disponível em:
<https://www.revistappr.com.br/conteudo.php?m=NDQ4&l=pt>. Acesso em: 23 nov. 2021.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, pp. 05 - 12, 2011.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan.- jun., 1999.

ENDLICH, A. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: BOVO, M. C. COSTA, F. R. **Estudos Urbanos**, Campo Mourão, Editora Unespar, 2017, p. 33-53.

FARINÓS DASÍ, J. Bases, métodos e instrumentos para el desarrollo y la cohesión territoriales. Diagnóstico y propuestas para el debate y la acción. In: FARINÓS, J.; ROMERO, J.; SALOM, J. (Eds.) **Cohesión e Inteligencia Territorial: Dinámicas y Procesos para una mejor planificación y toma de decisiones**. València: Publicaciones de la Universitat de València, 2009. p.17-62.

FERRÃO, J. **Regiões Funcionais, Relações urbano-rurais e Política de Coesão Pós-2013**. Lisboa: ICS, 2012. Disponível em:
http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=regioes_funcionais.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Número especial, p. 75-81, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades - 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Redes e Fluxos do Território: Gestão do Território 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto - PIB e Valor Adicionado Bruto - VAB**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

JACOBI, P. Causas recientes del crecimiento urbano actual de América Latina y las tendencias de corto plazo. In: CHORNET, A. P. (Org.). **Las ciudades de América Latina: problemas y oportunidades**. Valencia: Universitat de Valencia, 1994, pp. 73-80.

MIKRIPOLI. Rede de Pesquisadores sobre Cidades Pequenas. **Por uma Geografia Urbana mikropolitana!** Disponível em: https://issuu.com/mikripoli/docs/por_uma_geografia_urbana_mikripolitana. Acesso em: 23 nov. 2021.

RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Número de empregados por setor CNAE 2.0.** 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3F872fk>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método In: SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVEIRA, R. L. L; FACCIN, C. R. (Org.). **Urbanização, Cidades Médias e Dinâmicas Urbanas e Regionais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SILVEIRA, R. L. L. FACCIN, C. R.; GIACOMETTI, N. B.; SILVEIRA, T. F.; SEIBERT, C. C. As Áreas Urbanas Funcionais das cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado na Região Funcional de Planejamento 2 - Rio Grande do Sul. p. 67-96. In: SILVEIRA, R. L. L; FACCIN, C. R. (Org.). **Urbanização, Cidades Médias e Dinâmicas Urbanas e Regionais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021a.

SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B.; CAZAROTTO, R.; T. FACCIN, C. R.; GIACOMETTI, N. B.; SILVEIRA, T. F.; SEIBERT, C. C.; VITALIS, A. Policentrismo, áreas urbanas funcionais e gestão territorial na Região Funcional de Planejamento 2 - RS. p. 217-244. In: CAMPOS, H. A.; MARASCHIN, C.; SILVEIRA, R. L. L. **Policentrismo, Rede Urbana e Aglomerações Urbanas no Rio Grande do Sul**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021b.

SILVEIRA, R. L. L. Coesão territorial, policentrismo e redes urbanas regionais: Impressões sobre as políticas recentes de ordenamento territorial e desenvolvimento regional em Portugal. In.: SILVEIRA, R. L. L.; DEPONTI, C. M. (org.). **Desenvolvimento Regional: Processos, políticas e transformações territoriais**. São Carlos: Pedro e João Editores, SP, 2020. p. 293-342.

SPOSITO, E. S.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades Pequenas**: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: Patrícia Chame Dias, Diva Maria Ferlin Lopes(organizadores). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador, n. 95, 2014, pp. 23-35. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=110. Acesso em: 23 nov. 2021.

SPOSITO, M. E. B. **Para Pensar as Pequenas e Médias Cidades Brasileiras**. Belém: Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 51-62, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/agegeo/article/view/4817>. Acesso em: 23 nov. 2021.